

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné.

Os méritos do Senhor **ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de junho de 2020.

EM nº 00076/2020 MRE

Brasília, 1 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Guiné.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 334 /2020/SG/PR

Brasília, 16 de Junho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné.

Atenciosamente,


JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES

CPF.: 168.250.634-72

ID.: 1147835 SSP/PE

1959 Filho de Simplicio Augusto Fonseca Menezes e Doris de Salles Menezes, nasce em 10 de janeiro, em Recife/PE

Dados Acadêmicos:

1981 Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco
1982 CITRE - Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial, Brasília
1986 CPCD - IRBr
1996 CAD - IRBr
2013 Curso de Altos Estudos (Instituto Rio Branco). Tese "Apoio ao Setor Algodoeiro dos Países do Cotton-4 (Benim, Burkina Faso, Chade e Mali), um Projeto Bem-sucedido: Perspectivas para o Futuro da Cooperação Sul-Sul Brasileira"

Cargos:

1987 Terceiro-Secretário
1994 Segundo-Secretário
2003 Primeiro-Secretário
2008 Conselheiro, por merecimento
2014 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1984 Embaixada em Kinshasa, CITRE, Técnico em Promoção Comercial
1988 Divisão Consular, assistente
1989 Embaixada em Riade, Terceiro-Secretário em missão transitória
1990 Embaixada em Nairóbi, Terceiro-Secretário
1993 Consulado-Geral no Porto, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto
1997 Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra, Cônsul-Geral Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral
2000 Coordenação-Geral de Protocolo, Chefe, substituto
2001 Embaixada em Georgetown, Segundo-Secretário, Conselheiro comissionado
2004 Embaixada em Tegucigalpa, Primeiro-Secretário, Conselheiro comissionado
2007 Consulado-Geral em Mendoza, Cônsul-Geral Adjunto
2009 Embaixada em Uagadugu, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado
2010 Embaixada em Tegucigalpa, Conselheiro, Ministro-Conselheiro comissionado
2014- Coordenador-Geral de Privilégios e Imunidades
2015 Embaixada em Lomé, Embaixador

Condecorações:

2007 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
2014 Medalha da Ordem do Mérito Santos Dumont, Brasil
2014 Diploma de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro
2018 Ordem de Rio Branco, Brasil, grau de Grã-Cruz

FÁTIMA KEIKO ISHITANI

Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento da África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

REPÚBLICA DA GUINÉ



Maio de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
RELAÇÕES BILATERAIS	3
RELAÇÕES POLÍTICAS	3
Ebola	3
Cooperação técnica	3
Cooperação educacional.....	4
Cooperação jurídica.....	4
Pastoral da Criança.....	4
RELAÇÕES ECONÔMICAS	4
Comércio.....	4
Investimentos	4
Dívida.....	4
ASSUNTOS CONSULARES	5
POLÍTICA INTERNA	6
Governo Dadis Camara	6
Primeiro governo Condé (2010-2015)	8
Epidemia de ebola	8
Segundo governo Alpha Condé (2015 em diante)	8
Eleições legislativas e presidenciais de 2020.....	8
Instituições	9
Indicadores sociais e demográficos	9
POLÍTICA EXTERNA	10
ECONOMIA	12
MAPA	14
DADOS BÁSICOS	15
INTERCÂMBIO COMERCIAL	15

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

O Brasil reconheceu a independência guineense em 1958 e estabeleceu relações diplomáticas com a República da Guiné (Guiné-Conacri) em 1973. A embaixada da Guiné em Brasília foi aberta em 2005, e no ano seguinte foi criada a embaixada brasileira em Conacri.

Durante o governo do general Moussa Dadis Camara (dezembro de 2008-janeiro de 2010), as relações ficaram praticamente congeladas, pois o Brasil acompanhou posição da União Africana (UA) e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que não reconheceram sua legitimidade. Em 2010, a relação bilateral voltou a ter maior dinamismo, com a eleição de Alpha Condé para a Presidência da República da Guiné. Desde então, houve encontros de alto nível e assinatura de acordos que adensaram a relação bilateral.

Destaca-se, nesse contexto, a visita do então Ministro das Relações Exteriores a Conacri em julho de 2011, quando foi assinado memorando de entendimento estabelecendo um Mecanismo de Consultas Políticas entre os dois países. O então ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Guineenses no Exterior, Edouard Nyankoye Lama, visitou o Brasil em novembro do mesmo ano, ocasião em que foi assinado Acordo de Cooperação Técnica, em vigor desde 2016.

O presidente Alpha Condé esteve no Brasil em duas ocasiões: em 2011, para celebrações do Ano Internacional do Afrodescendente, e em 2012, para a realização da Conferência Rio+20. Reuniu-se com sua homóloga brasileira à margem da 20ª cúpula da UA em Adis Abeba, em janeiro de 2013. Em julho do mesmo ano, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros guineense, Louncény Fall, realizou visita ao Brasil, para participar da I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas bilaterais.

Em janeiro de 2019, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Guineenses no Exterior, Mamadi Touré, realizou visita ao Brasil para participar da cerimônia de posse do presidente Jair Bolsonaro. Na ocasião, reuniu-se com o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Otávio Brandelli.

Ebola. Durante o surto do vírus Ebola, que, em 2014, afetou duramente alguns países da África Ocidental, o governo brasileiro realizou doação de R\$ 25 milhões a agências da ONU, para combater a epidemia e apoiar a população na Guiné, na Libéria e em Serra Leoa. O Brasil também enviou medicamentos e produtos hospitalares.

Cooperação técnica. O Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2011 entrou em vigor em 2016. O governo guineense indicou preliminarmente interesse em projetos de cooperação que visem ao desenvolvimento de seu setor agroindustrial, principalmente no que se refere às culturas do milho e da cana de açúcar e à agricultura tropical em geral. Também gostariam de receber cooperação nas áreas de pesca e infraestrutura.

Antes mesmo da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Brasil e Guiné vinham explorando iniciativas nessa área, mas a deterioração do quadro político-institucional guineense, a partir de dezembro de 2008, não permitiu a continuidade daqueles esforços. Na época, estudavam-se as possibilidades de desenvolver projetos nas áreas de biocombustíveis, desenvolvimento energético e cooperação esportiva.

A título de registro histórico, vale lembrar que a cooperação técnica bilateral teve início com ações isoladas nos anos 1980, como foi o caso do estágio de dois técnicos guineenses na Embrapa.

Cooperação educacional. Em 2001, firmou-se Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores da República da Guiné, visando à cooperação na formação de diplomatas.

Cooperação jurídica. Não há acordo de cooperação jurídica entre o Brasil e a Guiné-Conacri, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em compromisso de reciprocidade.

Pastoral da Criança. Com respaldo da ABC, a Pastoral da Criança, um organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), auxiliou a Igreja Católica na Guiné a instalar a Pastoral da Criança naquele país. Em 2007, membros da Igreja Católica guineense fizeram estágio de capacitação em Curitiba e no Recife. Mesmo com a crise política guineense, delegação brasileira visitou, entre o final de 2008 e início de 2009, a Guiné para acompanhar e ajudar os trabalhos da Pastoral da Criança guineense.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio. O comércio entre o Brasil e a Guiné restringe-se, basicamente, às exportações brasileiras, concentradas no açúcar, produto que, em 2019, correspondeu a mais de 70% do valor exportado. A pauta de importações de produtos guineenses pelo Brasil concentra-se em borracha. Em 2017, registrou-se valor mais alto que a média no total de importações, que chegou a USD 10,2 milhões. O aumento correspondeu a importações de bauxita pelo Brasil.

Investimentos. Há investimentos brasileiros em projetos de construção de estradas e pavimentação/revitalização de vias urbanas dos quais participam a companhia OAS, estabelecida na Guiné desde 2012. A empresa permaneceu no país mesmo durante os dois anos em que a Guiné foi mais duramente atingida pela epidemia de ebola (2014 e 2015). Em 2018, o escritório da companhia foi atingido durante protestos violentos registrados em Conacri, mas a situação se normalizou posteriormente.

Na área de mineração, a Vale decidiu, em 2015, transferir sua participação no projeto de exploração de minério de ferro nas minas de Simandou para seu então sócio na Guiné, a BSG Resources Ltd (BSGR).

Dívida. A Guiné foi um dos países favorecidos pela decisão do governo brasileiro de perdoar as dívidas de alguns países africanos (política de recuperação de créditos, que abrangeu a reestruturação de dívidas). A dívida original da Guiné com o Brasil chegava a USD 10.421.188,46. O lado brasileiro comprometeu-se com a redução de 98% dessa soma, restando o equivalente a USD 208.423,77.

ASSUNTOS CONSULARES

O número de brasileiros residentes na Guiné é reduzido, composto sobretudo de religiosos e membros da diáspora libanesa com dupla nacionalidade. A capital Conacri é a principal localidade de residência e trabalho da comunidade brasileira. Forécariah e Boké são outras cidades onde alguns missionários costumam atuar em atividades de evangelização e assistência social. Para seu escritório em Conacri, a empreiteira OAS envia regularmente um número reduzido de brasileiros, que, na maioria dos casos, permanecem no país por períodos relativamente curtos. Não há nacionais em privação de liberdade, nem casos de brasileiros com necessidades de assistência ou em estado de desvalia. Os serviços consulares concentraram-se na legalização de documentos. Brasil e Guiné não estabeleceram acordos de isenção de vistos.

POLÍTICA INTERNA

Antiga colônia francesa, a Guiné tornou-se, em 2 de outubro de 1958, o primeiro país independente da França na África Ocidental. O primeiro presidente, Sékou Touré, inspirou-se no modelo socialista unipartidário e, em 1960, declarou o Partido Democrático da Guiné (PDG), por ele liderado e amplamente majoritário, legalmente o único partido do país. Na esfera econômica, Touré buscou estabelecer um estrito planejamento e a nacionalização dos principais setores econômicos.

Com o passar dos anos, a via socialista mostrou-se insuficiente para o país e gerou insatisfações e manifestações. O próprio governo mudou o rumo de suas políticas, liberalizando a economia e aproximando-se das potências ocidentais, como os Estados Unidos e a França.

Em 1984, Touré morreu durante uma cirurgia nos EUA, e o poder foi tomado por militares guineenses liderados pelos coronéis Lansana Conté e Diarra Traoré. Conté e Traoré assumiram os cargos de Presidente e Primeiro-Ministro, respectivamente, e criaram o Comitê Militar de Reorganização Nacional (CMRN), com o intuito de desmontar a institucionalidade deixada por Touré.

O PDG, antigo partido governista, praticamente se desintegrou. Em 1985, a milícia do partido foi dissolvida, e seus integrantes, absorvidos nas Forças Armadas. O novo governo, de orientação liberal, iniciou processo de enxugamento do setor público, com o fechamento de empresas estatais, redução do número de ministérios e demissão de servidores. O monopólio estatal sobre o comércio foi abolido, e as propriedades privadas confiscadas durante o regime Touré foram restituídas aos seus proprietários. No plano externo, normalizaram-se as relações com o Banco Mundial e o FMI, que passaram a conceder auxílio financeiro ao país.

Paralelamente à abertura econômica, iniciou-se processo de abertura política, com o estabelecimento, em 1991, de um Conselho de Transição, em substituição ao CMRN. Em dezembro daquele ano, foi promulgada a nova Constituição do país. Com o multipartidarismo, foram criados mais de 40 partidos políticos, dentre os quais se destacavam o Partido da Unidade e do Progresso (PUP), liderado pelo Presidente Conté, e os partidos de oposição Coligação do Povo da Guiné (RPG), União pela Nova República (UNR) e Partido de Renovação e Progresso (PRP). Em 1995, esses três partidos, juntamente com outros nove, passaram a integrar a coalizão oposicionista Coordenação da Oposição Democrática (CODEM).

Nas eleições presidenciais de 1993, o Presidente Conté obteve 52% dos votos. Em fevereiro de 1996, uma tentativa de golpe constituiu séria ameaça a seu governo. No mesmo ano, o Presidente recriou o cargo de Primeiro-Ministro, que não era previsto na Constituição de 1991.

Conté também foi declarado vencedor das eleições de 1998, com pouco mais de 50% dos votos, chegando a seu segundo mandato sob a nova Constituição. Pouco antes do pleito, dois importantes políticos da oposição – um deles o atual presidente do país, Alpha Condé – tinham sido presos, sob a acusação de estarem conspirando contra o governo. Em 2001, realizou-se plebiscito que retirou o limite de reeleições e aumentou de cinco para sete anos a duração do mandato presidencial. Dois anos depois, Conté foi mais uma vez reeleito, dessa vez com 95% dos votos.

Governo Dadis Camara. Em dezembro de 2008, o General Conté faleceu e verificou-se novamente a tomada do poder por militares. O capitão Moussa Dadis Camara

dissolveu o governo e as instituições políticas do país e anunciou que a Guiné seria governada pelo recém-criado Conselho Nacional para o Desenvolvimento e a Democracia (CNDD), até a normalização da situação interna. Essa situação processou-se em contraposição à Constituição vigente, que previa, em caso de vacância da Presidência, a atribuição do cargo interinamente ao chefe do legislativo. Eleições deveriam ser convocadas no prazo de 60 dias.

Camara assumiu como Presidente do CNDD, que passou a funcionar como uma junta militar, alguns dias após a morte de Conté. Nessa ocasião, reafirmou que sua missão era restaurar a autoridade do Estado, promover o desenvolvimento econômico do país e lançar uma luta sem tréguas contra a corrupção. Ressaltou, ademais, o caráter interino de seu Governo e anunciou que convocaria eleições livres, críveis e transparentes em dezembro de 2010, término do mandato do General Conté – e que não concorreria na ocasião.

Apesar da pressão internacional para o retorno à ordem constitucional, o governo Camara manteve o apoio popular em seus primeiros meses. Ao fim de abril de 2009, contudo, a situação interna mudou. O líder da junta militar cancelou viagem que faria ao exterior, devido a rumores de que contragolpe seria deflagrado em sua ausência. Com o aumento das tensões, empresas mineradoras começaram a deixar o país. As eleições foram adiadas para o primeiro trimestre de 2011.

Em 28 de setembro de 2009, pelo menos 57 pessoas foram mortas quando soldados dispararam contra manifestantes de oposição, que protestavam em um estádio de futebol contra a possível candidatura do líder da junta militar nas futuras eleições presidenciais. Camara acusou “soldados incontroláveis” de serem os responsáveis pelo massacre.

Após a morte dos manifestantes, a oposição passou a exigir a saída imediata de Camara do governo. O presidente do Burkina Faso, Blaise Compaoré, foi indicado pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) como mediador da crise guineense. A proposta inicial feita por Compaoré, que incluía a manutenção de Camara e a possibilidade de que o líder da junta militar se candidatasse à Presidência, foi rechaçada pela oposição.

Em dezembro de 2009, Camara sofreu tentativa de assassinato, levando um tiro disparado por seu ajudante de ordens, o tenente Aboubacar Diakité. Camara foi trasladado no dia seguinte para Rabat, no Marrocos, onde se submeteu a procedimento cirúrgico, possivelmente devido a um traumatismo craniano. Em janeiro de 2010, o líder da junta foi ao Burkina Faso, onde se reuniu com Blaise Compaoré e com o então Vice-Presidente e Ministro da Defesa da Guiné, Sékouba Konaté. Esse encontro resultou na Declaração Conjunta de Uagadugu, que, entre outros aspectos, determinou: a formação de um governo de união nacional com um político da oposição no cargo de Primeiro-Ministro; a realização de eleições presidenciais em até seis meses; o não retorno do presidente Camara à Guiné; e a posse de Konaté como Presidente interino.

Ainda em janeiro de 2010, Jean Marie Doré, importante opositor de Conté e um dos líderes da Força Viva, organização que demandava uma transição rápida do poder para os civis, foi indicado para o cargo de Primeiro-Ministro. A composição do novo ministério, que incluía membros da oposição, técnicos do antigo governo e militares próximos a Dadis Camara, foi anunciada no mês seguinte. Houve gradual retorno ao governo civil, culminando com eleições naquele mesmo ano.

O primeiro turno das eleições foi realizado em junho de 2010. Passaram ao segundo turno Cellou Dalein Diallo, da *Union des Forces Démocratiques de Guinée* (UFDG), com 43,69% dos votos, e, com 18.25%, Alpha Condé, do *Rassemblement du Peuple de Guinée* (RPG) e destacado opositor no governo Lansana Conté.

Apesar do favoritismo de Diallo, Alpha Condé obteve 52,52% dos votos no segundo turno. À divulgação de resultados seguiu-se uma onda de violência que resultou em aproximadamente uma dezena de mortos. A pronta reação do governo de transição, que declarou estado de emergência, e a atitude pacificadora de Condé e Diallo facilitaram o controle da situação.

Primeiro governo Condé (2010-2015). Ao tomar posse como Presidente da República da Guiné, em dezembro de 2010, Alpha Condé assumiu dois grandes desafios: estabilizar democraticamente um país que até aquele momento só conhecera governos autoritários e desenvolver uma nação potencialmente rica, mas que exibia índices sociais e econômicos entre os mais baixos do mundo.

Em 19 de julho de 2011, houve ataque a tiros à residência do Presidente. Cerca de 50 pessoas foram presas, acusadas de envolvimento na ação criminosa, que parecia indicar a persistência da instabilidade interna.

Epidemia de ebola. À instabilidade somou-se outro grande desafio para a Guiné: a epidemia do vírus ebola que teve início no território guineense em setembro de 2013, disseminando-se rapidamente para os vizinhos Libéria e Serra Leoa. Em outubro de 2014, o agravamento da crise levaria Alpha Condé a declarar estado de emergência sanitária no país. Em março do ano seguinte, teve início uma campanha massiva de vacinação contra o vírus. A enfermidade só seria efetivamente erradicada do país em junho de 2016 (houve novos casos após a OMS decretar o fim da epidemia em dezembro de 2015), depois de provocar mais de 2.500 mortes na Guiné-Conacri.

Segundo governo Alpha Condé (2015 em diante). Nas eleições de 2015, Alpha Condé e Cellou Diallo novamente disputaram entre si a Presidência do país. Em outubro, a Corte Constitucional anunciou os resultados finais, declarando a reeleição de Condé já no primeiro turno, com 57,8% dos votos, contra 31,4% dos votos de Diallo.

Superada a emergência do ebola, as atenções voltaram-se novamente para os demais desafios sociais e econômicos da Guiné. Ao longo de 2017, houve protestos decorrentes da crise no sistema educacional (com greves de professores por todo o país) e do clima pré-eleições comunais, que não ocorriam desde 2005. As eleições locais foram realizadas em fevereiro de 2018. Cerca de 30.000 candidatos disputaram as cadeiras de vereadores (“*conseillers municipaux*”) nas 342 prefeituras (*mairies*). Candidatos do governista RPG obtiveram 47% dos assentos em disputa. Registrhou-se insatisfação da oposição com o resultado e houve distúrbios em Conacri e no interior.

Em abril de 2018, o presidente Condé reuniu-se com líderes dos principais partidos de oposição – Celou Diallo, da UFDG, e Sidya Touré, da *Union des Forces Républicaines* (UFR) – para superar a situação de forma pacífica. Solicitou-se às autoridades eleitorais do país uma solução para o diferendo eleitoral relativamente a algumas comunas urbanas e rurais.

Em meio à crise, foi nomeado, em 21 de maio de 2018, o novo Primeiro-Ministro, Ibrahima Kassory Fofana, que até então exercera o cargo de Ministro das Finanças. Foi anunciada também uma reforma ministerial, com substituição de cerca de metade dos ministros. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Mamadi Touré permaneceu no cargo.

Eleições legislativas e presidenciais de 2020. As eleições legislativas, originalmente previstas para 2018, foram postergadas em duas ocasiões – a última delas em janeiro de 2019, quando os mandatos dos membros da Assembleia Nacional foram prorrogados

por decreto presidencial “até a realização de novo escrutínio”, sem, contudo, definição de uma nova data. Após uma série de protestos, o Presidente Alpha Condé anunciou a realização das eleições parlamentares para o início de 2020.

Paralelamente, a possibilidade de o Presidente Condé candidatar-se a um terceiro mandato nas eleições presidenciais, previstas para o segundo semestre de 2020, passou a ser aventada em meados de 2019. Para tanto, seria necessária uma mudança na Constituição, que atualmente permite apenas uma reeleição do Chefe de Estado.

Em 14 e 15 de outubro de 2019, houve protestos, com incidentes violentos, contra a possibilidade de realização de referendo sobre a reeleição presidencial. Em resposta às manifestações, o Presidente Condé anunciou sua disposição de abrir diálogo com a oposição sobre as eleições parlamentares e a instalação dos conselhos municipais. Líderes da oposição afirmaram que dariam continuidade ao movimento, até que o Presidente descartasse a possibilidade de um terceiro mandato.

Em 24 de outubro, novos protestos paralisaram a capital guineense e parte do interior do país. O Presidente, em entrevista à imprensa, afirmou que não se decidira acerca da possibilidade de buscar uma revisão constitucional. Em 6 de janeiro de 2020, registraram-se, novamente, grandes manifestações na Guiné.

Mesmo diante dos protestos, decidiu-se pela realização do referendo na mesma ocasião das eleições para a Assembleia Nacional, em 22 de março. A oposição não apresentou candidatos e conclamou a população a boicotar o pleito. Como resultado, o RPG, do Presidente Condé, conquistou 79 das 114 cadeiras do legislativo. Quanto ao referendo, contagem preliminar indica que a mudança constitucional para permitir uma nova candidatura ao atual mandatário foi aprovada com quase 90% dos votos válidos. Registrou-se comparecimento de 58% dos eleitores. Houve protestos e distúrbios no dia da votação.

Instituições. A Guiné é uma república presidencialista. O estado é unitário e dividido em oito regiões. O Presidente da República é eleito por voto popular para mandato de cinco anos, com direito à reeleição. O legislativo é unicameral, composto por 114 membros, eleitos por voto popular para mandato de cinco anos. Desse total, 76 deputados são eleitos a partir de uma lista nacional, em sistema de voto proporcional. Os 38 restantes são eleitos em turno único em sistema de maioria simples. O judiciário está estruturado em tribunais de primeira instância, dois Tribunais de Apelação e o Supremo Tribunal.

Indicadores sociais e demográficos. O maior grupo étnico da Guiné são os fulas ou fulanis (32%), seguidos dos malinquéus (30%) e dos sussus (20%). A religião predominante é o islamismo (86,7%), seguida do cristianismo (8,9%) e de crenças tradicionais (4,4%).

No relatório de 2019 sobre desenvolvimento humano das Nações Unidas, a Guiné ocupa a 174^a posição (189 países avaliados). A expectativa de vida é de 61,2 anos. Conforme o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o índice de alfabetização é de 32%.

POLÍTICA EXTERNA

Durante o governo Sekou Touré, a Guiné seguiu, inicialmente, política de alinhamento ao bloco soviético, não obstante o reduzido apoio financeiro obtido da URSS. Em meados da década de 1970, ainda durante o período Touré, o país iniciou processo de aproximação com o Ocidente, mediante a assinatura da Convenção de Lomé, o ingresso na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (**CEDEAO**) e a normalização do relacionamento com a **França**. A partir de 1984, com a abertura econômica, a Guiné inseriu-se definitivamente no campo ocidental.

Em decorrência dos eventos políticos de 2008, a relação com as principais potências ocidentais foi prejudicada. Boa parte da ajuda internacional para o país, importante para as contas externas, ficou congelada. A eleição de Alpha Condé, em 2010, modificou esse quadro.

Desde a abertura, a presença econômica dos países ocidentais tem sido significativa. Entre os principais investidores e parceiros comerciais da Guiné, destacam-se **Espanha, Estados Unidos e França**.

Ucrânia e Rússia também estão presentes no setor de mineração guineense e são importantes destinos para as exportações da Guiné. Nos últimos anos, no entanto, o relacionamento com a Rússia foi condicionado pelo processo de revisão dos contratos com as mineradoras estrangeiras, que afetou a empresa russa UC Rusal. Contudo, em outubro de 2019, o Presidente Alpha Condé participou de reunião de cúpula Rússia-África, realizada na cidade russa de Sochi. Acompanhou o mandatário guineense importante delegação, composta, entre outros, pelos titulares das pastas de Assuntos Presidenciais e Defesa (Mohamed Diané), dos Negócios Estrangeiros e dos Guineenses do Exterior (Mamadi Touré), das Minas e da Geologia (Abdoulaye Magassouba), das Cidades e da Administração do Território (Ibrahima Kourouma), do Ensino Superior (Abdoulaye Yéro Baldé) e dos Investimentos Públicos e Privados (Gabriel Curtis). Segundo o noticiário local, o Governo guineense tencionou demonstrar seu interesse em participar do reavivamento do intercâmbio com a Rússia.

Por sua vez, a **China** vem se firmando com um parceiro cada vez mais presente: é o principal fornecedor do país, investe fortemente no setor de mineração e ainda participa ativamente da modernização da infraestrutura guineense.

No âmbito regional, a Guiné, por muito tempo, teve um papel político destacado. Sekou Touré foi importante líder africanista e anticolonialista, tendo exercido papel importante na independência da Guiné-Bissau. Nas décadas seguintes, o governo guineense atuou ativamente nos conflitos de **Guiné-Bissau, Libéria e Serra Leoa**, enviando tropas em missões de paz e também recebendo centenas de milhares de refugiados. Com sua atuação regional, a Guiné adquiriu destacado papel mediador. Nos últimos anos, tem-se notado também uma aproximação significativa com a **Côte d'Ivoire**. Guiné, Libéria, Serra Leoa e Côte d'Ivoire fazem parte da União do Rio Mano, iniciativa regional de colaboração e assistência mútua.

As relações da Guiné com seus outros dois vizinhos – **Senegal e Mali** – são tradicionalmente amistosas. Apesar desse contexto positivo, a Guiné esteve suspensa da **CEDEAO** e da **União Africana** devido à chegada ao poder do capitão Moussa Dadis Camara, em 2008.

Em termos econômicos, as relações com os vizinhos africanos são menos intensas, pois os principais parceiros comerciais e investidores estão localizados fora da África. De todo modo, a Guiné não apenas aderiu e ratificou o acordo de criação da

Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA), como também se tornou um dos principais defensores da iniciativa.

ECONOMIA

A economia da Guiné possui um setor moderno, exportador e explorador de recursos naturais que contrasta com os outros setores, mais tradicionais, voltados ao mercado interno ou à subsistência e menos dinâmicos.

Entre os setores tradicionais, destaca-se a agricultura. Dominada pela produção para subsistência, essa atividade representa aproximadamente 20% do PIB, embora empregue 76% da população economicamente ativa. A agricultura comercial, mesmo obstaculizada por restrições estruturais, como a precariedade da infraestrutura, vem-se desenvolvendo nos últimos anos.

Também pouco dinâmica, a indústria guineense está quase inteiramente localizada na região da capital, Conacri. Caracteriza-se pela pequena dimensão das unidades produtoras e pela produção de bens de consumo não duráveis, principalmente alimentos processados.

A mineração, por sua vez, absorve a maior parte dos investimentos diretos estrangeiros. As exportações do país são relevantemente dependentes desse setor. Do total exportado, mais de 50% são representados pelas vendas de bauxita, ouro e alumínio. Parte do alumínio guineense é processada na refinaria de Friguiá, operada pela empresa russa Rusal. O diamante é outro recurso importante para a Guiné. No entanto, sua extração é majoritariamente feita de maneira artesanal, por pequenos produtores. Há, também, grande potencial para a exploração do minério do ferro nas minas de Simandou. A região abriga uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo.

O total obtido com as exportações da Guiné varia muito de um ano para o outro, em decorrência dos preços internacionais dos minérios. São, contudo, normalmente maiores do que as importações, que, por sua vez, compõem-se principalmente por bens de capital, alimentos e combustíveis. As transferências unilaterais são positivas, resultantes principalmente das remessas de residentes em outros países. Por outro lado, há déficit na conta de serviços e na conta de rendas – esse último explicado, principalmente, pela remessa de lucro das empresas multinacionais da mineração. Esses déficits são financiados, parcialmente, pelos fluxos de investimento direto estrangeiro.

O país tem experimentado altas taxas de crescimento nos últimos anos, com destaque para 2016 e 2017 (anos imediatamente posteriores à epidemia de ebola), quando a variação do PIB ultrapassou os 10%. Em 2019, estima-se que a taxa de crescimento tenha sido de 5,6%. Para 2020, as primeiras estimativas do FMI, levando em conta os prováveis efeitos da crise sanitária internacional de COVID-19, indicam crescimento de 2,9%.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Presidente Alpha Condé

Nasceu em 4 de março de 1938 em Boké, a 300 quilômetros de Conacri. Estudou direito na Sorbonne e sociologia no Instituto de Estudos Políticos de Paris. Obteve o doutorado em direito público na Universidade de Paris-I, onde foi professor de direito público. Paralelamente a seus estudos, foi militante da Federação dos Estudantes da África Negra na França (FEANF). De volta à República da Guiné, concorreu à Presidência nas eleições de 1993 e 1998, quando foi preso durante o governo Lansana Conté. Foi libertado em 2001. Eleger-se Presidente em 2010.



Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Guineenses no Exterior, Mamadi Touré

Nasceu em 11 de dezembro de 1952, em Kankan, segunda maior cidade da República da Guiné. Formou-se em engenharia civil na Universidade de Conacri e em administração na “City University” de Nova York. Ocupou diversos cargos na Organização das Nações Unidas, a partir de 1990.

Em 2011, tornou-se Representante Permanente da Guiné nas Nações Unidas. Em agosto de 2017, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

MAPA



DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República da Guiné
Gentílico:	Guineense
Capital:	Conacri
Área:	245.857 km ²
População (FMI, 2019):	13,627 milhões de habitantes
Língua oficial:	Francês
Principais religiões:	Islamismo (86,2%), cristianismo (8,9%), crenças tradicionais e outros (4,4%)
Sistema de Governo:	República presidencialista
Poder Legislativo:	Unicameral: Assembleia Nacional Popular, com 114 membros, eleitos por voto popular direto para mandato de 5 anos.
Chefe de Estado:	Presidente Alpha Condé
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Ibrahima Kassory Fofana
Chanceler:	Mamadi Touré
PIB (FMI, est. 2019):	US\$ 13,37 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2019):	US\$ 33,27 bilhões
PIB per capita (FMI, est. 2019):	US\$ 981,02
PIB PPC per capita (FMI, est. 2019):	US\$ 2,44 mil
Variação do PIB (FMI):	2,9% (est. 2020); 5,6% (est. 2019); 6,2% (2018); 10,3% (2017); 10,8% (2016); 3,8% (2015); 3,7% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,466 (174º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,310
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	61,2 anos
Índice de Alfabetização (BAD, 2018):	32 %
Índice de desemprego (BM, 2019):	3,6%
Unidade Monetária:	Franco guineense
Embaixador da Guiné:	Kabiné Kondé
Encarregado de Negócios em Conacri:	Sérgio Frederico Dantas da Cunha
Comunidade brasileira estimada:	30 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Guiné	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan-abr)
Intercâmbio	44.522	65.082	54.018	35.426	66.164	43.854	50.106	36.787
Exportações	44.521	65.082	53.889	35.426	55.943	41.866	49.956	36.475
Importações	1	-	129	-	10.221	1.988	150	312
Saldo	44.520	65.082	53.760	35.426	45.722	39.878	49.806	36.163